

JUSTIFICATIVA

A história do Pacaembu está entrelaçada com a história do Brasil e de São Paulo desde seus primórdios, remontando ao tempo do 1º Governo Geral, quando essa área foi doada à Companhia de Jesus, sob a designação de Sesmaria do Pacaembu. A partir daí, a história deste pequeno pedaço da nação interfere e sofre interferências na história da metrópole e da colônia, do Império e da República; seja como depósito de escravos doentes, seja como domínio de grandes proprietários rurais nos tempos da dominação espanhola, seja em mãos de pequenos sítiantes no período que se segue à queda do poderio do Marques de Pombal, seja passando pelo processo de urbanização desencadeado pela Cia. City no início do século passado.

Em 1554, numa região de charcos e várzeas, vivia uma tribo de índios às margens de um pequeno riacho, que freqüentemente sofria inundações, o paã-nga-he-nbu, ou seja Pacaembu, passivo de várias interpretações e significados, variando desde "Rio das Pacas" ao mais provável "Terra Alagada".

pelos jesuítas o Colégio no Planalto do Piratininga, com a finalidade de catequizar os índios e promover vários pequenos núcleos de povoamento da vila. Com o tempo, essas terras foram se transformando em sítios e fazendas por iniciativa dos próprios jesuítas ou por arrendamentos de terceiros. A região consistia em: Av. Dr. Arnaldo até o largo Padre Péricles, circundando Higienópolis, Santa Cecília, Perdizes e Água Branca.

Em 1759, uma lei do Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do Brasil e suas terras são confiscadas, entre elas o Sítio do Pacaembu, que era de sua propriedade por mais de 200 anos. Nessa ocasião, cultivava-se chá em pequenas chácaras.

Em 1912, instala-se na cidade a Cia. City, e adquire quase 12 milhões de metros quadrados espalhados por várias regiões e inicia as atividades de vendas em São Paulo, em 1913. Nessa época, os jornais noticiavam que o Pacaembu seria o bairro mais belo e orgulho para a cidade de São Paulo, mas por possuir um traçado diferente do costumeiro, a Câmara Municipal não aprovou o loteamento. Em 1920, só existiam duas edificações no Pacaembu, o Asilo dos Expostos e o Hospital Samaritano.

Essa urbanização retardada em relação as áreas vizinhas provocou grandes polêmicas devido ao traçado do arruamento, que inovava a concepção de loteamento até então existente, já que o traçado sinuoso combinava bem com as condições topográficas, que reduzia os problemas ambientais. O resultado foi um projeto inusitado, que acabou por influir em toda a trajetória urbana da cidade de São Paulo, já que essa polêmica resultou no primeiro código de obras para a cidade.

Além da importância histórica e urbanística do bairro, encontramos em seu entorno pontos de referência para a Cidade e que são hoje sítios tombados como: Estádio do Pacaembu, Cemitério do Araçá, Asilo Sampaio Viana, além do próprio bairro do Pacaembu, que foi tombado em 1991, pelo Condephaat.

A necessidade de preservar o bairro vem ao encontro da preocupação mundial de cuidados com áreas verdes, urbanas ou não. Num país de história recente como o Brasil essa preservação faz-se, ainda, mais necessária devido à prevalência de uma corrente comportamental predatória, ansiosa por apagar memórias na falsa crença de que isto é ser moderno.

Acreditamos de fato, que um país sem memória não passa de um amontoado de leis e pessoas, e que a história e a cultura são os elementos que criam e fortalecem a identidade de um povo.

Para fazer parte dessa história é que buscamos, ainda, uma data para comemorar a existência e a preservação desse bairro.

O mês de março registrou alguns eventos de relevante significado para os moradores do Bairro do Pacaembu, razão que ora justifica sua escolha como o destinado às comemorações:
06/3/20 - venda do 1º lote residencial no Pacaembu.

30/3/35 - Foi registrado em cartório o loteamento do bairro do pela Cia. City.

27/3/51 - Vendida a última unidade deste empreendimento.

14/3/91 - Data do tombamento do bairro do Pacaembu pelo Condephaat.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto, que foi apresentado à Comissão Extraordinária Permanente de Legislação Participativa pela entidade Viva Pacaembu por São Paulo.